

FILHO DE PEIXE SABE... ROUBAR

REGULARIDADES FAMILIARES TRANSGERACIONAIS NA POPULAÇÃO RECLUSA.

Resumo

Neste estudo exploratório, procura-se lançar um olhar compreensivo sobre a conduta antissocial à luz de abordagens familiares. Tendo por base a revisão da literatura existente neste domínio e mediante a realização de entrevistas e de genogramas a dez reclusos do Estabelecimento Prisional Regional de Coimbra (EPRC), são salientadas regularidades familiares transgeracionais. A relação fusional com a mãe, a triangulação perversa na família nuclear, a ausência de regras claras, as delegações invisíveis, os segredos e mitos, são exemplo dos denominadores comuns encontrados nestas famílias. Espera-se com a sua análise um melhor entendimento da conduta antissocial e o delineamento de possíveis estratégias de intervenção neste domínio.

Abstract

In this exploratory study, a comprehensive overview upon the anti-social behaviour is presented, supported by the family theories. Familiar transgenerational regularities are pointed out based on the subjects' existing literature review and carried out through interviews and genograms done to ten prisoners from Estabelecimento Prisional Regional de Coimbra (EPRC). The fused relationship with the mother, the perverse triangulation among the nuclear family, the lack of clear rules, the invisible delegations, the secrets and myths are common denominators found transgenerationally in these families. It is hoped that their analysis will allow a better understanding of anti-social behaviour and the outline of some strategies to step in this domain.

Key words

anti-social behaviour, familiar transgenerational regularities, prisoners.

Palavras chave

conduta antissocial; regularidades familiares transgeracionais; reclusos.

JOANA CARVALHO

Psicóloga/Estudante de Doutoramento FPCEUC/FPUL
joanasofiacarvalho@gmail.com

RITA FRANCISCO

Psicóloga/Docente FPUL
rfrancisco@fp.ul.pt

ANA PAULA RELVAS

Psicóloga/Docente FPCEUC
aprelvas@fpce.uc.pt

FPCEUC Rua do Colégio Novo, 3001-802 Coimbra, Portugal.

FPUL Alameda da Universidade, 1649-013 Lisboa, Portugal.

FPCEUC Rua do Colégio Novo, 3001-802 Coimbra, Portugal.

Introdução

A conduta antissocial pode ser concebida como o conjunto de infrações, definidas por leis, cometidas num tempo e num lugar determinados (Born, 2005, p. 28). Porém, o carácter ocasional ou sistemático que assumem, a gravidade de que se revestem, o momento em que tais atos são cometidos, a permeabilidade dos valores partilhados no seio da comunidade onde são exercidos, são variáveis que conferem especificidades e contribuem para a complexificação deste fenómeno.

Ao longo das últimas décadas, tem havido esforços no sentido de perceber, com recurso a diferentes lentes e perspetivas, quem são os atores por detrás dos cenários de diversas condutas antissociais. A ambiguidade de definições, a diversidade de óticas que abarca, bem como a multiplicidade de fatores que envolvem a sua génese e manutenção, são variáveis que contribuem para a proliferação de vertentes de investigação neste domínio. Salientamos, por exemplo, a teoria espiral da delinquência (Born, 2005), taxonomia de comportamento antissocial (Moffitt et al., 2002) e as medidas de avaliação do comportamento antissocial (Negreiros, 2001). ◀

A família é a unidade básica de vida em sociedade, onde germina o desenvolvimento psicossocial dos elementos que a integram. Logo, a exploração das dinâmicas que lhe são inerentes permite alargar a compreensão do comportamento dos indivíduos que a formam.

Na década de 50, os trabalhos realizados por Glueck e Glueck foram pioneiros no estudo das relações entre as características familiares e a conduta antissocial, salientando: a instabilidade da residência, a família nuclear monoparental, a reduzida qualidade de vida familiar com falhas na gestão do tempo, as relações familiares afetivamente pobres e a disciplina inconsistente. Também Sampson e Laub (1993) tinham assinalado a grande mobilidade de residência, os comportamentos desviantes dos pais e os deficientes processos de controlo familiar como aspetos comuns nas famílias com pa-

ciente identificado com condutas antissociais. Nestas famílias evidenciou-se uma interação comunicacional particular, o *double-bind*, onde “o agido do adolescente surge, então, como a possibilidade de sair analogicamente de um paradoxo que não pode ser mentalizado e a propósito do qual não é possível metacomunicar” (Alarcão, 2000, p. 282). Mais recentemente, e tendo em conta as alterações nos modos de vida das famílias na sociedade atual, Rimkus (2008) apresenta resultados consistentes com os estudos clássicos, assinalando que os jovens que apresentam comportamentos antissociais integram famílias com baixo nível de coesão, pouco estruturadas e com disciplina inconsistente.

Especificamente, focando o ponto de vista transgeracional, Glueck e Glueck (1950) constataram que ao longo das gerações, a ordem de nascimento dos filhos se relaciona com a exibição de condutas antissociais, sendo a sua maioria ocupados por indivíduos de posições intermédias. Destacaram ainda ciclos

transgeracionais de comportamentos antissociais, onde os avós dos sujeitos das suas amostras evidenciavam mais condutas antissociais comparativamente com os do grupo de controlo, repetindo-se esta conduta e o consumo de álcool nas gerações masculinas subsequentes. Farrington et al. (2001) sustentam esta ideia, apontando a criminalidade do pai como um forte preditor da criminalidade do filho. Mais recentemente, Bijleveld e Wijkman (2009), num estudo implicando cinco gerações, vieram também confirmar este dado. Concluíram que a prática de comportamentos antissociais a que os filhos assistem, bem como a paternidade precoce e a deficiente parentalidade, dificultam a socialização adequada dos filhos, que interiorizam normas claramente em conflito com a cultura social vigente. Glowacz e Gavray (2001), com base no modelo de Olson et al. (1979), encontraram correspondências entre o controlo exercido pelos pais e a separação relativa à família, constatando que nos homens predomina o padrão de funcionamento descomprometido-caótico, revelando que a demissão parental encorajaria a persistência da conduta antissocial. Em 2004, Smith e Farrington referem que a criminalidade familiar tem repercussões pelo menos nas duas gerações seguintes, através da adoção do mesmo modelo comportamental. Estudos mais recentes vão no sentido de sustentar os resultados anteriores, salientando que os estilos de disciplina inconsistentes, as relações afetivas distantes e o modelo de condutas antissociais e toxicómanas como fatores de favorecimento da ocorrência dos mesmos comportamentos nas gerações seguintes (Ramos & Pérez de Albéniz, 2009). A outro nível, Corigliano (1999) enfatizou o papel dos segredos e mitos familiares¹ na esfera transgeracional simbólica das famílias. O segredo mostra uma faceta subvertida do funcionamento familiar por sequestrar aspetos importantes da vida individual e familiar, que são transmitidos transgeracionalmente (Corigliano, 1999; Prieur, 1999). Por outro lado, os mitos “resultam da contribuição de todos os membros da família, de geração em geração, que organizam assim a continuidade da cultura do grupo familiar e perpetuam (...) um funcionamento traumatológico para o indivíduo” (Corigliano, 1999, p. 82).

Segundo Negreiros (2001), apesar da multiplicidade de estudos ter possibilitado uma melhor compreensão dos fatores associados a estas práticas, estes apresentam dois tipos de limitações: a contemplação exclusiva num único fator e o carácter estático com que a conduta antissocial é assinalada. Assim, sugere que “uma compreensão aprofundada deste fenómeno poderá beneficiar com uma análise que elucide quais as dimensões e processos de mudança e de continuidade associadas a este fenómeno” (Negreiros, 2001, p.19).

¹ Os mitos familiares são um “conjunto de crenças partilhadas por todos os elementos da família que servem para criar, manter e justificar numerosos modelos interacionais” (Alarcão, 2000, p. 349). Os segredos familiares, são uma “forma de esconder fatos que não se enquadram nas exigências estabelecidas pelos padrões familiares (...) podem ser individuais (quando guardados por um membro da família), internos (guardados, pelo menos, por dois membros em relação a um terceiro) e compartilhados (quando toda a família os sabe mas aparentam desconhece-lo diante de terceiros e entre si)” (Wagner, 2005, pp. 35-36).

Dado o elevado índice de criminalidade na atualidade e a lacuna que há no domínio da relação entre transgeracionalidade e conduta antissocial, pretende-se, com este artigo, contribuir para o aprofundamento destas questões, contemplando a perspetiva temporal e diferentes categorias de análise. Este trabalho é apresentado numa abordagem clínica (Born, 2005), segundo uma perspetiva sistémica. Esta, mais do que privilegiar a influência de uma variável estrutural ou funcional na explicação de um sintoma familiar, foca-se nas configurações particulares que essas variáveis assumem na dinâmica relacional que daí decorre e que por vezes as gera (Born, 2005).

Os resultados foram obtidos através de um estudo exploratório de carácter qualitativo realizado no Estabelecimento Prisional Regional de Coimbra (EPRC) com uma amostra de dez reclusos, que no ano de 2004 estavam detidos naquele estabelecimento. O campo de pesquisa foi circunscrito aos indivíduos condenados, procurando-se identificar variáveis comuns a nível transgeracional nas dinâmicas familiares destes indivíduos, de forma a perceber a sua interdependência com a conduta antissocial e a delinear estratégias interventivas que minimizem a ocorrência e manutenção deste comportamento.

Método

Amostra

A amostra, de conveniência, é constituída por dez reclusos do sexo masculino, detidos no EPRC no ano 2004, com idades entre os 19 e os 46 anos ($M=30$; $DP=7.6$), de nacionalidade portuguesa e residentes no Distrito de Coimbra. O estado civil mais comum é o divorciado (4), seguindo-se o solteiro (3), o casado (1) e união de fato (1). A escolaridade varia entre o quarto ano (4), o sexto ano (3) e a escolaridade mínima obrigatória (3). Todos apresentam baixo nível socioeconómico (Simões, 1994), sendo a profissão mais comum servente da construção civil. A idade média da primeira detenção ronda os 23 anos, cinco são primários e os restantes reincidentes, que acumulam entre duas a cinco detenções. Cumprem penas efetivas de 16 a 84 meses ($M=43$; $DP=22.8$), pela prática conjunta de crimes contra o património, na forma de furto (3), roubo (3), burla (1), crimes contra a sociedade, na forma de tráfico de estupefacientes (4), seguido de associação criminosa (1) e crimes contra as pessoas (1), englobando ofensas corporais, sequestro e lenocínio. As suas identificações foram alteradas neste estudo por forma a garantir o anonimato.

Instrumentos

Os instrumentos de recolha de informação utilizados ao longo das sessões foram a entrevista e o genograma familiar. A entrevista, de tipo formal e semiestruturada, foi realizada segundo um guião previamente elaborado, tendo em vista a recolha de informação conducente à realização da história clínica. O guião con-

templou informação de anamnese, história familiar, de hábitos aditivos e jurídico-legal. Estas entrevistas tinham a duração de uma hora e foram realizadas com periodicidade mensal durante um ano. Como complemento da pesquisa, sistematização e análise das variáveis, optou-se pela realização de genogramas familiares nas primeiras três sessões. O genograma “permite mapear claramente a estrutura familiar, observar e atualizar o mapa dos padrões das relações da família à medida que vão surgindo” (McGoldrick et al., 2008, p. 23). Deste modo, obteve-se uma representação gráfica da constelação das famílias destes indivíduos e avaliou-se, através do seu traçado, a estrutura e os modos de funcionamento familiar ao longo de pelo menos três gerações.

Procedimento

Este estudo inseriu-se no trabalho levado a cabo pela primeira autora no EPRC, de 2003 a 2005, enquanto psicóloga clínica responsável pelo Gabinete de Atendimento e Encaminhamento (GAE) de reclusos, do projeto “cadeia sem risc#s”. Este gabinete empreendia duas linhas de atuação: atender os reclusos entrados no estabelecimento prisional, identificando casos com historial de hábitos aditivos e articular com os serviços do EPRC pedidos de avaliação de reclusos condenados para integração em programas terapêuticos. A partir da discussão semanal de casos pela equipa clínica, algumas características evidenciaram-se como denominadores comuns no ciclo de vida familiar dos reclusos. A pertinência da sua análise suscitou este estudo. Os dados obtidos foram registados e codificados, sendo feita uma análise temática de onde emergiram algumas categorias que se apresentam em seguida.

Resultados

Número e Posicionamento na fratria

A partir do genograma, constatou-se que os indivíduos integravam fratrias até dez elementos, ocupando o recluso na ordem de nascimento a posição de filho único (1), de mais novo (4), de mais velho (3) e posições intermédias (2). No subsistema parental (segunda geração), o posicionamento dos pais variava entre o primeiro e o quarto lugar. Na maioria, os pais eram filhos únicos (5), na posição de mais novos (3), mais velhos (4) e posições intermédias (2); desconheciam-se estes dados relativamente a seis elementos na segunda geração e na totalidade da terceira.

Pai ausente ou inacessível

Verificou-se que a ausência da figura paterna na família de origem é frequente (8), ficando a dever-se à morte (3), abandono familiar e reclusão peniten-

ciária (5). *“Em pequeno diziam-me que o meu pai tinha morrido numa luta. Para mim, ele era um herói, como aqueles dos filmes. Sabe? Quando descobri, passei-me! Afinal, era um bandido que assaltava lojas e, dos maus, porque se deixou matar...”* (Fernando, 39 anos). Em três destas famílias o (sub)sistema parental mantinha-se com os dois elementos originais. Ao subir na hierarquia familiar na linha paterna, esta situação também foi visível: figuras parentais masculinas ausentes (7), por reclusão (4), divórcio (6) e morte precoce (1), apresentando os casos de reclusão concomitância de divórcio. Na terceira geração registaram-se (6) casos de ausência da figura paterna, ficando-se a dever a reclusão (4) e a morte precoce (2).

Relação fusional com a mãe (ou substituto materno)

Nas entrevistas, foi atribuída à mãe a designação de *“mulher da minha vida”* por sete dos dez reclusos. Este tipo particular de ligação afetiva entre ambos foi realçada pelos reclusos (9) e, do ponto de vista transgeracional, esta relação também foi assinalada na geração antecedente (6), através do genograma.

Triângulo perverso

Nos genogramas, verificou-se a existência de uma triangulação perversa na família nuclear (6). Estes reclusos estavam intensamente implicados com a mãe (ou substituta), formando uma coligação contra o pai (5) ou a coligação era com o pai contra a mãe (1). A transgressão intergeracional na hierarquia de poder era notória, pois o filho assumia funções respeitantes ao (sub)sistema executivo juntamente com o aliado. *“O meu pai passava a noite fora e eu deitava-me na cama com a minha mãe. Era aí que engendrávamos os planos para escaparmos ao cota. Ele chegava a casa sempre borracho e nem dava por nada”* (Manuel, 40 anos). ◀

Subindo na hierarquia, havia triangulações perversas estabelecidas com cinco dos progenitores, tendo esta sido posteriormente replicada com um dos elementos mais novos.

Desligamento emocional

Decorrente sobretudo das entrevistas, verificou-se que estas famílias nucleares (6) caracterizavam-se por movimentos centrífugos, com distâncias interpessoais e limites fracos entre as diferentes gerações, por vezes, com inversão na hierarquia de poder. *“Eu já vi este filme vezes sem conta... um gajo está cá dentro e ninguém o vem visitar... quer dizer, já lá fora não nos víamos muito...”* (Carlos, 34 anos). Transgeracionalmente denotou-se, através da leitura dos genogramas e da análise sincrónica do ciclo de vida familiar, fraca coesão afetiva entre os seus membros (8), com exceção das relações fusionais entre um elemento do (sub)sistema parental e um dos filhos. Intrageracionalmente foram assinaladas ligações conflituais (7). Na sua maioria, os limites para com o exterior eram permeáveis (8).

Ausência de regras claras

As regras pareciam assumir-se de forma inconsistente e ambivalente, não se aplicando sistematicamente nas mesmas situações com o mesmo interveniente (7). *“Quando eu era puto e me portava mal na escola, talvez merecesse que ele me batesse. Mas nos dias em que me portava bem ou trazia boas notas não era justo...”* (José, 29 anos). Este dado, obtido através da análise das histórias de vida cruza as diversas gerações, assumindo-se como regra a ausência de definição da mesma.

Perturbações ao nível da comunicação

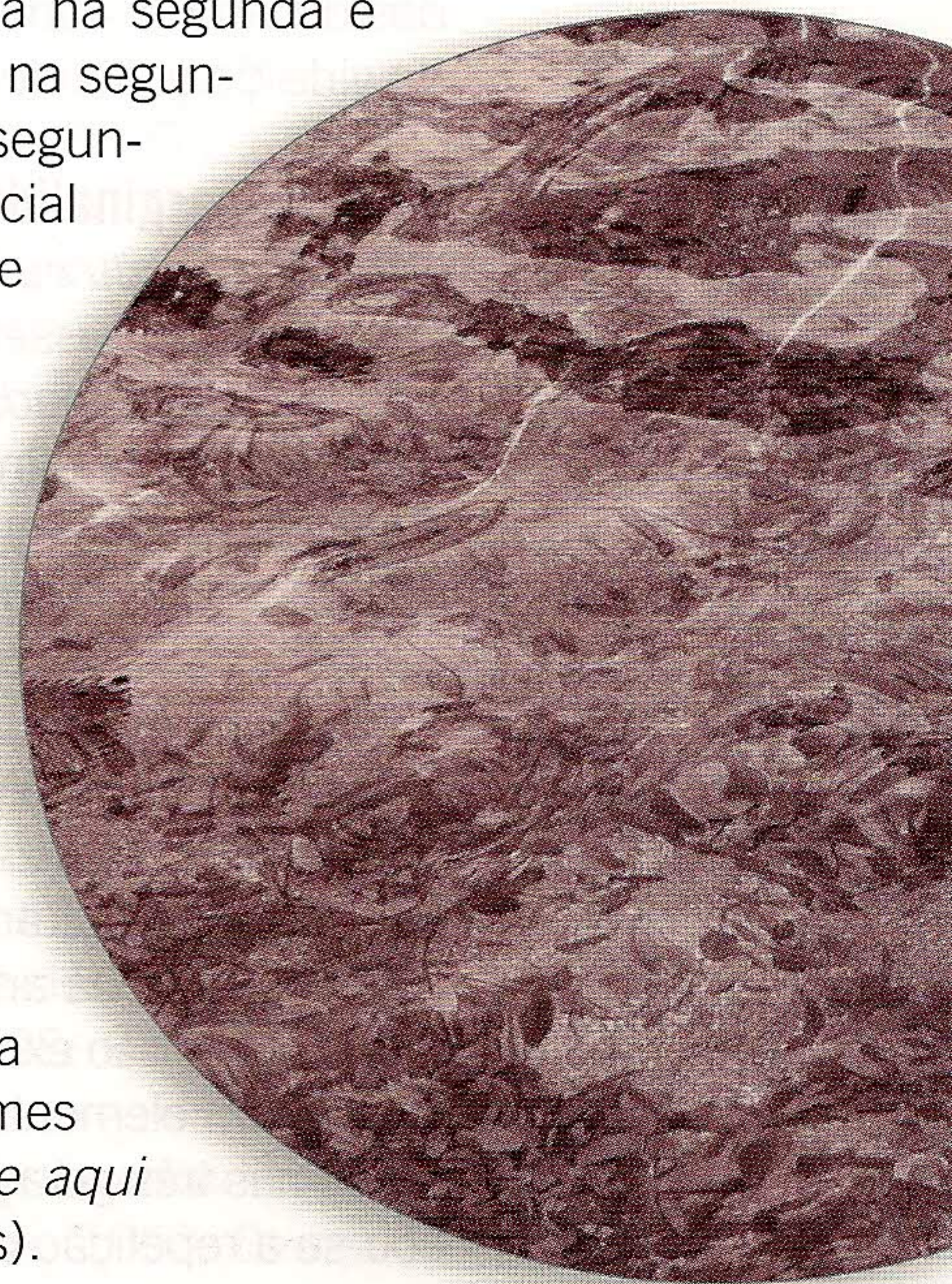
Decorrente das entrevistas, identificou-se um tipo particular de interação comunicacional: o double-bind cindido. *“Quando era puto o meu cota dizia-me que é no mar que um homem se faz. A minha mãe dizia que tinha que estudar para vir a ser doutor. Safei-me a gamar carros, até agora...”* (Miguel, 24 anos). Patente nas suas narrativas (7), foi visível que esta ambivalência comunicacional se estabelecia entre eles e elementos das gerações anteriores.

Evidência de perturbações psicopatológicas

Obtidos maioritariamente através das entrevistas, os dados revelaram Perturbações por uso de substâncias (8), estado-limite (5) e antissocial (10), salientando-se a comorbilidade entre estas. *“Eu meto a cidra debaixo da cama, arranjo umas pedras e peço na visita que me tragam perfume... Não é para andar perfumado aqui dentro, é para beber! Aquela cena tem álcool e dá um estalo fixe”* (Carlos, 34 anos). Relativamente à família alargada na segunda e terceira geração, as Perturbações psicossomáticas (4 casos na segunda e na terceira geração), de carácter afetivo (4 casos na segunda geração e 1 caso na terceira), de Personalidade antissocial (7 casos na segunda geração e 4 na terceira) e por uso de substâncias, na forma de alcoolismo, na segunda (5) e na terceira geração (4) e de consumo excessivo de psicotrópicos por mães na família nuclear (4).

Criminalidade

Para além dos dez sujeitos que integram a amostra, ficou patente na análise dos genograma que sete dos elementos da família de origem destes indivíduos já tinham tido constrangimentos ao nível jurídico-legal. Destes, quatro encontravam-se em cumprimento ou já tinham cumprido pena efetiva (por crimes contra o património e contra a sociedade). Nesta análise vertical, constou-se haver na terceira geração quatro indivíduos também com detenção (por crimes contra o património). *“Já só faltava eu...tenho mais gente aqui dentro que lá fora! Isto é de família, sabe?”* (Miguel, 24 anos).



Atividades laborais

As atividades profissionais exercidas por estes aquando da detenção eram diversificadas, sendo a mais comum servente da construção civil (4). Na linha transgeracional havia pouca variabilidade de atividades, repetindo-se o ofício em quatro casos.

Violência intrafamiliar

Concomitantemente na forma física e psicológica, foram assinalados, nas entrevistas, dois tipos de violência em função da vítima: conjugal e infantil. A violência conjugal foi assinalada ao nível da família nuclear (3) e alargada, na segunda (5) e terceira geração (7). *“O meu pai encostava-a à parede e dizia: se vais à polícia, nunca mais lhe pões a vista em cima e ela ficava lá a chorar”* (Diamantino, 19 anos). A violência infantil foi referenciada por situações de maus tratos e negligência. Na família nuclear, foram apontadas situações de negligência de menores (2) sinalizados à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Na família alargada o pai foi apontado como maltratante (5), assumindo-se este como elemento perpetrador de violência.

Tempo familiar caótico

“Essa cena do Natal com a família toda junta, prendinhas e tal, nunca houve lá casa. O Natal era como outro dia qualquer.” (Tiago, 23 anos).

Mediante a análise diacrónica do ciclo de vida das famílias dos reclusos obtida nas entrevistas, os horários e acontecimentos em família eram imprevisíveis e tidos de acordo com a sequência de fatos ocorridos parcelarmente no quotidiano de vida de cada elemento (7), nas três ou quatro gerações estudadas.

Mito da marginalidade

“Antes, quando eu tinha de pedir o carro emprestado ao cota é que havia stresses. Quando passei a levar os carros roubados para casa, ele e a minha mãe não me diziam nada.” (José, 29 anos). Foram avaliadas através das entrevistas duas atitudes distintas por parte de elementos da família alargada na segunda e terceira geração: permissão (6) por parte da avó, tia-avó, mãe e irmãos e indiferença pelos comportamentos disruptivos (4) por parte do avô, mãe, pai, tios e irmãos.

Delegações invisíveis

“A minha mãe dizia muitas vezes que eu ainda ia seguir as pegadas do meu pai...” (Pedro, 27 anos, filho de recluso com o mesmo nome). Nestas famílias, verificou-se que há antecedentes familiares que são implicitamente delegados nos filhos. São disso exemplo, através dos genogramas, a repetição de um nome próprio de um elemento da geração anterior para a atual (5) e a repetição do mesmo nome nas três gerações (2). Também já aqui referido, transgeracionalmente verificou-se a repetição da mesma atividade laborar e da tipologia de crimes.

Segredos familiares

Veiculados pelas narrativas nas entrevistas e na realização dos genogramas, realçaram-se alguns segredos enquanto elemento comum nas famílias destes indivíduos. Estes reportavam-se a dívidas de jogo, à morte de um elemento e à existência de relações extra-conjugais.

Relações íntimas breves e superficiais

Os relacionamentos estabelecidos por estes indivíduos foram descritos nas entrevistas e nos genogramas como sendo com várias parceiras, breves e superficiais, não obstante ao fato de em alguns casos terem filhos desses relacionamentos (6). Transgeracionalmente, foi descrito para segunda e terceira geração igual instabilidade nas relações conjugais/maritais, ainda que sem divórcios consumados na terceira geração mas com existência de relações extra-conjugais (5).

Sexualidade e paternidade precoce

“Oh! Eu tenho é de viver a minha vida... Agora miúdos atrás de mim a choramingar é que não. Entreguei um à minha mãe e outro à mãe da outra. Este agora, a mãe que cuide dele” (Carlos, 34 anos). A sexualidade e a paternidade destes indivíduos revelou-se precoce, rondando os 18 anos o nascimento do primeiro filho, ao longo das gerações.

Discussão

Estudar as famílias ao longo das gerações possibilita que se considerem vários níveis de diferenciação do eu (Sampaio, 2008) e perceber que cada pessoa é um elo numa longa cadeia de transmissões familiares (Priour, 1999).

Dada a disparidade de posições na ordem de nascimentos e na linhagem familiar dos reclusos da nossa amostra, este dado não confirma a literatura que aponta para a relevância da posição intermédia na fratria (Glueck & Glueck, 1950) nem faz parte, por isso, das regularidades transgeracionais que encontramos.

O genograma do Fernando (Figura 1, p.126) exemplifica bem os dados encontrados no estudo. Salienta-se que regularidades transgeracionais como a triangulação perversa, a relação fusional com a mãe, a ausência ou inacessibilidade ao pai, a criminalidade, os hábitos aditivos, a repetição do nome e da atividade laboral estão patentes nesta família.

A distância afetiva que predominam numa perspetiva intergeracional nas famílias destes reclusos, a par dos limites difusos entre os (sub)sistemas e altamente permeáveis para com o exterior, permitem que os elementos que integram a teia familiar se afastem, potenciando um constante risco de desmembramento da família, tal como reportado na literatura (Farrington, 1998; Glowacz & Gavray, 2001; Glueck & Glueck, 1950; Rimkus, 2008). E, embora residam geograficamente na mesma área de onde são naturais, contrariamente ao indicado na literatura face à mobilidade de residência (Glueck & Glueck, 1950; Sampson

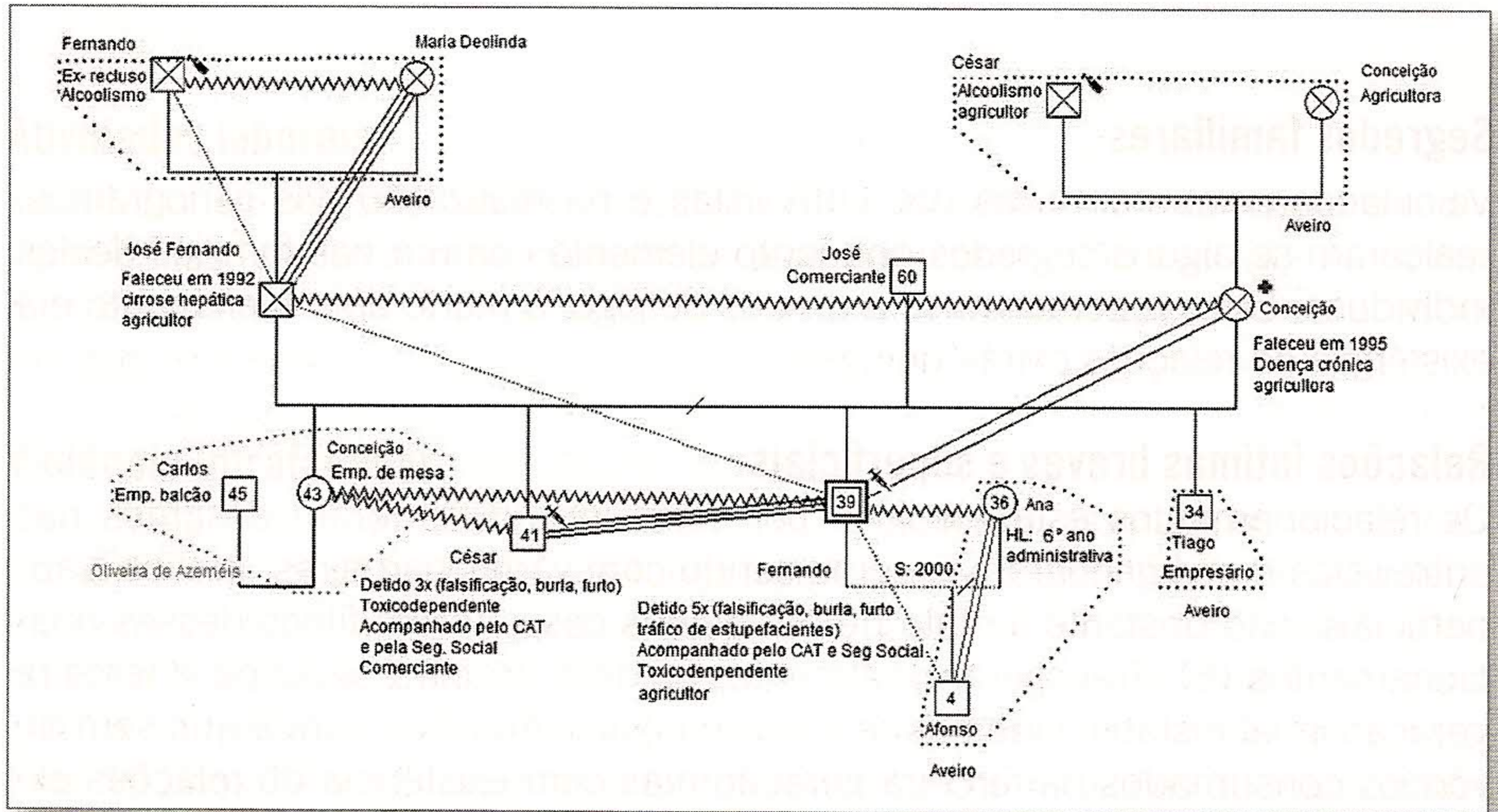


Figura 1. Genograma do Fernando

& Laub, 1993), apresentam uma clara dificuldade em organizarem-se eficaz e atempadamente em momentos de crise.

O trajeto descrito pela flecha do tempo nestas famílias é destruído (Glueck & Glueck, 1950), inscrevendo-se no caos organizativo das suas vidas (Alarcão, 2000). Esta caoticidade é um reflexo das normas pelas quais estas famílias se regem. Elas são, na sua maioria, inconsistentes e mutáveis, tal como a literatura aponta (Alarcão, 2000; Rimkus, 2008). O carácter difuso e transitório das normas parece causar dificuldades na gestão de limites e do poder entre os (sub) sistemas, sucessivamente ao longo das gerações. Este fato reforça a literatura relativamente à inconsistente disciplina exercida pelos pais (Farrington, 1998; Glowacz & Gavray, 2001; Rimkus, 2008; Sampson & Laub, 1993) e pode trazer como consequência dificuldades no que toca ao respeito à autoridade e ao cumprimento de normas de regulação social (Born, 2005). A elevada criminalidade na forma de crimes contra o património, a nível transgeracional nesta amostra, demonstra que o modelo de conduta antissocial funciona como vetor de favorecimento destes comportamentos nas futuras gerações, o que vem sustentar estudos anteriores (Bijleveld & Wijkman, 2009; Glueck & Glueck, 1950; Ramos & Pérez de Albéniz, 2009; Smith & Farrington, 2004;).

À semelhança do que é descrito (Born, 2005; Smith & Farrington, 2004), neste estudo constatou-se, por parte do filho, um sentimento de impotência face aos abusos físicos e psicológicos exercidos pelo pai, capazes de alimentar uma tensão de revolta para com este e de proteção para com a mãe. Esta, desqualifica o marido e instiga o filho a sua vingança oprimida. O filho, incapaz de integrar esta revolta na sua narrativa de vida, age-a no exterior sob a forma de comportamento antissocial, toxicómano ou agressivo, replicando assim a onda de violência.

A elevada percentagem de indivíduos detidos por problemas decorrentes de situações relacionadas com substâncias aditivas ilícitas confirmam a estreita ligação entre estes dois tipos de patologia psicossocial (Ramos & Pérez de Albeniz, 2009) ao passo que as detenções por crimes contra pessoas não têm grande expressividade. É frequente a existência de constrangimentos a nível jurídico-legal por parte dos elementos das famílias de origem e alargada, alguns deles conducentes à reclusão penitenciária, o que vem atestar os estudos apontados neste sentido (Glueck & Glueck, 1950).

Os resultados validam a literatura acerca da estrutura familiar nuclear predominantemente monoparental (Alarcão, 2000; Farrington, 1998; Glueck & Glueck, 1950). Por vezes, o pai já não integra a rede pessoal social dos indivíduos aquando do seu nascimento, acarretando falhas no processo de identificação. Estas, podem traduzir-se, futuramente, na dificuldade de assimilar regras sociais e na incapacidade de estabelecer relações afetivas significativas e duradouras. (Alarcão, 2000). Fica patente neste estudo que a sexualidade e paternidade precoce, bem como a falta de competências para o exercício da parentalidade, tendem a repercutir o padrão masculino de desligamento relacional ao longo das sucessivas e pouco espaçadas gerações. Decorrente das insatisfações da relação conjugal, a mãe cria um mecanismo de reparação: o filho. Assim, tal como referido na literatura (Alarcão, 2000; Born, 2005), estabelece-se uma ligação fusional entre dois elementos, por vezes triangulada com um terceiro, que é progressivamente afastado do sistema familiar.

Tal como reportado na literatura (Alarcão, 2000) os double-binds que surgem nestas dinâmicas relacionais podem estar na base da passagem ao ato, apresentando-se como uma forma de sintetizar as mensagens paradoxais que lhe são emitidas e resolver o conflito por estes suscitado. Comportamentos marginais que constituem uma provocação às normas sociais vigentes podem ter aceitação e até fascínio por parte de familiares. É o caso do mito familiar da marginalidade, presente nas famílias estudadas ao longo das gerações, onde o recluso parece funcionar quase como expiação das culpabilidades familiares através do cumprimento da sua pena (Alarcão, 2000; Prieur, 1999). Associado a estes mitos e delegações, os segredos familiares podem paralisar a evolução da família por impedirem a sua verbalização. Independentemente do conteúdo destes, a sua não partilha pode fazê-lo emergir de forma comportamental (Alarcão, 2000; Corigliano, 1999). Nesta ótica, as condutas antissociais assumem uma função na dinâmica destas famílias e podem ser entendidas transgeracionalmente como peças essenciais, na gestão dos conflitos intra-psíquicos e intra-familiares. Patente a este nível, por exemplo, através da repetição de nomes ao longo de gerações, estes indivíduos são como que transportados para lugares ocupados anteriormente pelos pais. Numa lógica transgeracional, isto mostra que as heranças familiares tendem a recriar as mesmas formas de funcionamento ao longo das sucessivas gerações, iludindo o risco de desmembramento e procurando garantir a identidade familiar.

Conclusão

Este estudo exploratório permitiu encontrar denominadores comuns nas dinâmicas familiares transgeracionais destes reclusos e perceber que a conduta antissocial surge como forma de expressão de dificuldades familiares. Ao recluso, é-lhe dada a possibilidade de recriar no seu contexto de vida o significado da herança que lhe é transmitida. Contudo, ao interagir com estes novos cenários, a família repete o mesmo padrão de funcionamento de forma a garantir a continuidade da unidade dos vividos familiares. Assim, a recriação destas regularidades ao longo das gerações assume-se como repetições não elaboradas no passado que são transpostas para o momento presente com novos protagonistas. Desta forma, o comportamento antissocial surge não só como resultado da interação de regularidades transgeracionais de funcionamento familiares como assume, circularmente, as funções de organização do psiquismo individual de quem o exhibe e de gestão das relações entre os elementos da família e desta para com a sociedade.

Uma limitação deste estudo prende-se com a recolha de dados, uma vez que estes foram apurados através de uma só pessoa. Porém, a realização deste estudo em contexto prisional foi claramente uma vantagem, sendo este um meio privilegiado para aceder à população reclusa enquanto bons informantes e com elevada disponibilidade para participar no estudo. Outra mais valia foi a heterogeneidade da amostra (leque da faixa etária, diversidade de tipo de crimes, primários e reincidentes), que possibilitou a ampliação do espectro de análise da conduta antissocial. Adicionalmente, a saturação das categorias sistematizadas foi atingida face aos instrumentos selecionados e ao tempo dedicado no processo de recolha de dados. Futuros estudos poderão contemplar o cruzamento de diversos membros de gerações da família, fornecendo uma visão mais holística e integradora da conduta antissocial.

A reclusão, enquanto momento de crise familiar pode ser uma boa oportunidade de mudança, prevenindo a reincidência e favorecendo o ajustamento psicossocial do indivíduo. Numa instituição totalitária há que ter em conta que o êxito da intervenção deve considerar o plano individual de acompanhamento do recluso, as características da sua personalidade, a duração da pena e as especificidades do estabelecimento prisional. Decorrente deste estudo, as intervenções realizadas neste contexto devem assegurar a implementação do espaço terapêutico como um meio contentor, num tempo previsível e contínuo que proporcione estabilidade, mediante uma relação terapêutica com uma figura capaz de o ajudar a diferenciar-se da massa do eu familiar, transformando as heranças ancestrais em narrativas toleráveis e aceitáveis para o indivíduo, onde os afetos tenham lugar e as dificuldades possam ser faladas e pensadas, em vez de repetidamente agidas. Caso contrário, persistirá nestes indivíduos um poderoso e invisível laço familiar que atará a este sintoma futuros descendentes, como garantia de transmissão da herança que lhes foi confinada.

Bibliografía

- Alarcão, M.** (2000). *(Des)equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Bijleveld, C. & Wijkman, M.** (2009). Intergenerational continuity convictions: A five-generation study. [versão eletrónica] *Criminal Behaviour and Mental Health*, 19 (2): 142-155.
- Born, (2005).** *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Corigliano, A.M.** (1999). A dimensão transgeracional entre o mito e o segredo. In B. Prieur (Ed.), *As heranças familiares* (1a.ed., pp.75-86). Lisboa: Climepsi Editores.
- Farrington, D.P.** (1998). O desenvolvimento do comportamento antissocial e ofensivo desde a infância até à idade adulta. *Temas Penitenciários*, 1 (2), 7-16.
- Farrington, D.P., Jolliffe, D., Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M. & Kalb, L.M.** (2001). The concentration of offenders in families and family criminality in the prediction of boys' delinquency. *Journal of Adolescence*, 24 (5), 579-596.
- Glowacz, F. & Gavray, C.** (2001). *Dynamiques familiales: la clinique à l'épreuve de l'auto révélation*. Paris: L'Harmattan.
- Glueck, S. & Glueck, E.** (1950). *Unraveling juvenile delinquency*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- McGoldrick, M., Gerson, R. & Petry, S.** (2008). *Genogramas: avaliação e intervenção familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Moffitt, T.E., Caspi, A., Harrington, H. & Milne, B.J.** (2002). Males on the life-course persistence and adolescence limited antisocial pathways: follow-up at age 26 years. *Developmental psychology*, 14 (1), 179-207.
- Negreiros, J.** (2001). *Delinquências juvenis: trajetórias, intervenções e prevenção*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Patterson, G.R., De Barysche, B.D. & Ramsez, E.** (1989). A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, 44 (2), 329-335.
- Prieur, B.** (1999). Que recebemos da família? In B. Prieur (Ed.), *As heranças familiares* (1a. ed., pp.19-25). Lisboa: Climepsi Editores.
- Ramos, V. & Pérez de Albéniz, G.** (2009). Relación entre la conducta consumo de substancias y la conducta delictiva. *INFAD Revista de Psicología*, 21 (1), 647-654.
- Relvas, A.P.** (1999). *Conversas Com Famílias - Discursos e perspectivas em terapia familiar*. Porto: Afrontamento.
- Rimkus, V.** (2008). Aspects of social support in families of delinquent and non-delinquent children [versão eletrónica]. *Tiltai*, 43 (2): 75-92.
- Sampaio, D.** (2008). *A razão dos avós*. Lisboa: Caminho.
- Sampson, R.J. & Laub, J.H.** (1993). *Crime in the making: pathways and turning points through life course*. Cambridge: Harvard University Press.
- Simões, M. R.** (1994). Investigações no âmbito da aferição nacional do teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (M.P.C.R.). Unpublished PhD Dissertation, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Smith, C. & Farrington, D.** (2004). Continuities in antisocial behavior and parenting across three generations. [versão eletrónica] *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 1 (2): 230-247.
- Wagner, A.** (2005). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: Edipucrs.